



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 258/XII/4.ª SL

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2015, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho, na sala n.º 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das Atas n.ºs 253 a 255;
2. Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:
 - a. Proposta de Lei n.º 299/XII (4.ª) (GOV) – Adequa o Estatuto da Ordem dos Nutricionistas ao regime previsto na Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais;
Deputada autora do parecer: Clara Marques Mendes (PSD);
 - b. Proposta de Lei n.º 300/XII (4.ª) (GOV) – Aprova o Estatuto da Ordem dos Psicólogos Portugueses, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais;
Deputado autor do parecer: Mário Ruivo (PS);
3. Apreciação e votação da Petição n.º 494/XII (4.ª), da iniciativa de Maria Flora Ferreira Sampaio Carvalho Correia, que Solicitam a exclusão da Proposta de Lei n.º 299/XII, que “Adequa o Estatuto da Ordem dos Nutricionistas ao regime previsto na Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais”, de todas as disposições relativas à convergência das profissões de dietista e de nutricionista.
Deputado relator: GP BE;
4. Fixação da redação final do seguinte diploma: Regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais [Proposta de Lei n.º 266/XII (4.ª) (GOV)];
5. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, começou por pôr em apreciação as atas n.ºs 253 a 255, referentes às reuniões de 7, 8 e 9 de abril de 2015, as quais, submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade (PSD, PS, CDS-PP e BE).

No segundo ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) apresentou o parecer referente à PPL n.º 299/XII (4.ª) (GOV), tendo os pontos relativos aos considerandos e às conclusões sido aprovados por unanimidade (PSD, PS, CDS-PP e BE).

De seguida, o Senhor Deputado Mário Ruivo (PS) apresentou o parecer sobre a PPL n.º 300/XII (4.ª) (GOV). Previamente à votação do parecer, o Senhor Presidente informou que, por ser membro da Ordem dos Psicólogos Portugueses, se abstinha de votar. Submetidos à votação, foram os pontos relativos aos considerandos e às conclusões aprovados por unanimidade (PSD, PS, CDS-PP e BE).

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) fez saber que se abstinha igualmente de votar quer as atas quer os pareceres por não pertencer àquela Comissão e não acompanhar os respetivos trabalhos.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS) fez notar que não está provado o interesse direto e legítimo dos peticionários na apresentação daquela petição, designadamente porque, porventura, não haverá tantos nutricionistas como o número de assinaturas registado (1936 + 2380, totalizando 4316).

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) disse que não pretendia fazer qualquer reparo relativamente aos peticionários, porque estar-se-ia a imiscuir no exercício do direito de petição. Pretendia tão-só pôr à consideração do GP do PSD que a designação do relator daquela petição fosse indicado por esse grupo parlamentar, até porque o parecer da PPL n.º 299/XII (GOV) foi da responsabilidade da Deputada Clara Marques Mendes. Embora tenha sido aceite a proposta da Deputada Mariana Aiveca, o relator da petição será indicado posteriormente.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) interveio de seguida para clarificar que aquilo que o Deputado Artur Rêgo invocou como preocupação não está enquadrado na Lei do Exercício do Direito de Petição, porque se trata de um direito individual e/ou coletivo dos cidadãos e/ou das entidades, o qual não pode ser condicionado.

Também o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) usou da palavra para registar que, em virtude da data em que, designadamente, foram apresentadas e juntas as últimas assinaturas no

âmbito da petição em apreço, a mesma não pode ser agendada e discutida em simultâneo no plenário com a proposta de lei sobre que versa.

Submetida à votação, foi a nota de admissibilidade aprovada por unanimidade (PSD, PS, CDS-PP e BE).

O quarto ponto da Ordem do Dia foi adiado a pedido do GP do PCP.

Em outros assuntos, o Senhor Presidente referiu que tinha sido apresentado pelo GP do PCP, no dia anterior, um requerimento para audição com caráter de urgência do Sr. Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social sobre negação de condições de funcionamento das CPCJ e do Centro Nacional de Pensões e que, apesar de não constar da Ordem do Dia, se houvesse consenso a esse respeito poderia ser discutido e votado naquela reunião. O Senhor Presidente deu então a palavra à Senhora Deputada Rita Rato para proceder à sua apresentação, que, em síntese, referiu-se à necessidade de reforço imediato do número de técnicos das CPCJ e aos problemas que se vivem atualmente no Centro Nacional de Pensões e que afetam de forma muito grave a vida de milhares de portugueses.

Interveio o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) para dizer que o GP do PS continua a receber diariamente denúncias graves e informações sobre o funcionamento do CNP e que, a respeito das CPCJ, continua a viver-se uma situação emergencial já que, até ao momento, pouco ou nada mudou.

Por seu lado, o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) disse que, em sua opinião, não se verifica uma situação tão premente e obsessiva como a relatada de modo a forçar a vinda urgente do Senhor Ministro à Comissão em momento anterior a 13 de maio, data em que está marcada a próxima audição regimental. Também esclareceu que, a respeito do Centro Nacional de Pensões, a situação está a melhorar de dia para dia. Concluiu dizendo que o GP do PCP poderá sempre tentar agendar na conferência de líderes um debate de urgência.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) realçou que a situação é dramática e que importa ouvir o Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) interveio a final para sublinhar que importa fazer um debate sério e profundo sobre a matéria, o que não é possível numa audição regimental.

Submetido à votação, foi o requerimento apresentado pelo GP do PCP rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) usou então da palavra para esclarecer que o GP do PCP rerepresentava desde já o mesmo requerimento com carácter potestativo.

O Senhor Presidente lembrou ainda aos Deputados presentes que, na sequência de um convite do Governo, tornava-se necessário determinar, com urgência, a composição da delegação parlamentar à 104.ª Conferência da OIT.

Esclareceu igualmente que a audição com o CNOP (Conselho Nacional das Ordens Profissionais) seria agendada no próximo dia 29 de abril, após Plenário.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas treze horas e dez minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 07 de maio de 2015.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 22 de abril de 2015
Folha de Presenças
(Ata n.º 258/XII/ 4.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Arménio Santos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
José Manuel Canavarro
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Sónia Fertuzinhos
Teresa Costa Santos
António Cardoso
David Costa
Manuel Isaac
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês Teotónio Pereira
Joana Barata Lopes
Jorge Machado
Maria das Mercês Borges

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Pedro Roque

